

METODOLOGIAS QUALITATIVAS

ANÁLISE ETNOGRÁFICA E HISTÓRIAS DE VIDA

ANTÓNIO JOAQUIM ESTEVES¹⁹

É histórica e reconhecida a dificuldade de sistematizar e codificar os procedimentos da observação etnográfica, quer quando esta é feita por quem, sendo-lhe estranho, pretende observar “de dentro” a vida de um grupo -a clássica “observação participante”- quer quando é efectuada por quem, sendo membro de um grupo, tenta criar condições de ganhar a compreensão e a inteligência dos processos sociais em que a sua vida quotidiana é experienciada -a denominada “participação-observação”.

Esta metodologia, tanto numa forma como noutra, baseia-se no papel que o próprio investigador constrói e desempenha no curso de uma interacção social prolongada no tempo, o qual acaba sempre, em cada quadro espaço-temporal, por ser posto à prova como modo de construir conhecimento sobre uma realidade social já socialmente construída e historicamente mais ou menos determinada. Nela se inscreve, por outro lado, a tensão entre a novidade e singularidade de cada exercício de investigação - cada contexto e situação de pesquisa sendo originais e singulares- e a possibilidade de, em graus limitados e a ponderar, aprender com os pioneiros e antecessores (desde os objectivos da pesquisa até aos procedimentos alguma vez aceites como bem sucedidos) neste modo de investigação.

Os textos que se seguem (T1, T2, T3)²⁰ actualizam, cada um à sua maneira, os desafios enfrentados desde há muito pela antropologia e pela sociologia relativamente à estratégia metodológica da análise etnográfica. Num, o trabalho de campo é apresentado como “um processo quase místico e, na sua essência, praticamente impossível de ser ensinado” (T1:50); noutro, propõe-se o autor “contar alguns episódios relacionados com a (minha) a própria experiência no terreno” (T2:63); no terceiro, tenta-se encontrar a dimensão adequada duma afirmação tão repetida como esta: “a investigação antropológica sempre

¹⁹ Faculdade de Economia/ Faculdade de Letras (Sociologia) da Universidade do Porto.

privilegiou o anónimo e o quotidiano, que se nos apresentam como estranhos, outros e diferentes” (T3: 82).

O Texto de Ricardo Vieira (T1) começa por situar diversas modalidades de investigação que frequentemente se referenciam de forma indistinta: “métodos etnográficos, métodos qualitativos, observação participante, estudo de caso, estudos monográficos, interaccionismo simbólico, fenomenológico, paradigmas construtivistas, interpretativos, etc.” (T1:49). Do seu trabalho faz parte elucidar, ao mesmo tempo, diferenças entre estas modalidades de investigação e possibilidades de as integrar, levando em conta os limites de cada uma sem desperdiçar as respectivas virtualidades.

No que toca às metodologias quantitativas, esse esforço de integração encontra-se definido pela convicção de que “pode haver apesar de tudo alguma quantificação na forma de tratar e apresentar os dados para melhor interpretação” - e daí preferir a designação de “metodologias interpretativas” a “metodologias qualitativas”- e é justificado pelo pressuposto de que a quantificação é “uma técnica de investigação (que) não constitui um método, muito menos uma metodologia” (T1:50).

Uma postura metodológica como esta, não-exclusivista mas integradora, parece razoável. Poder-se-á perguntar, porém, se a dupla justificação formulada não esconde dificuldades mais sérias ²¹.

Por um lado, na medida em que atende exclusivamente ao tratamento e apresentação dos “dados” e os desliga quer do processo da sua construção onde se concretiza a “lógica das variáveis” quer do processo de “recolha de dados” susceptível de ser “delegado” a operadores que dispõem para tanto de “protocolos de observação” padronizados ²².

²⁰ T1, T2, T3 referem-se aos seguintes textos: VIEIRA, Ricardo, “Etnografia e Histórias de Vida na compreensão do pensamento do professor”; ESTANQUE, Elisio, “A observação participante na fábrica. Notas sobre uma experiência”; CAMPELO, Álvaro, “A construção do lugar científico e o real como citação”.

²¹ Cfr. ASAD, Talal, “Ethnographic Representation, Statistics and Modern Power”, in *Social Research*, vol. 61, nº1, 1994, pp.55-88. O autor invoca a autoridade de Malinowski quando em 1935 escreveu: “Se pudesse embarcar de novo no trabalho de campo, certamente teria uma preocupação muito maior com medir, pesar e contar tudo o que pudesse ser legitimamente medido, pesado e contado” (cit. p.56). Mas o seu objectivo nesse artigo é, para além de defender que “o trabalho de campo etnográfico apela de modo particular para uma concepção de conhecimento modelada por uma visão subjectiva ao contrário da estatística”, “examinar o papel que a representação estatística desempenhou na criação do mundo do poder moderno que o antropólogo habita”.

²² A questão foi tratada em LEMEL, Yannick, “Le sociologue des pratiques du quotidien entre l’approche ethnographique et l’enquête statistique”, in *Économie et Statistique*, 1984, nº168, pp.5-11. Face ao objecto empírico de análise, a distinção entre essas duas vias parece basear-se na “delegabilidade” da colecta de dados: susceptível de ser levada a cabo, na investigação estatística, por pessoal sem qualificação teórica, depois que a construção do “protocolo de observação” foi adequadamente inspirada por categorias teóricas; inviável, por sua vez, qualquer “delegação” na metodologia etnográfica, onde a teorização se elabora predominantemente em permanente interacção com a observação (“teoria-no-terreno”), impondo por isso um modelo “artesanal” de trabalho.

Por outro, passando ao lado do que é teoricamente decisivo, tal como Bourdieu enuncia repetidamente: “A oposição tradicional entre os métodos ditos quantitativos, como o inquérito por questionário, e os métodos ditos qualitativos como a entrevista, oculta o facto que têm em comum de assentar em interacções sociais que se realizam sob o constrangimento de estruturas sociais. Os defensores das duas categorias de métodos têm em comum ignorar estas estruturas, tal como de resto os etnometodólogos, a quem a sua visão subjectivista do mundo social leva a ignorar o efeito que as estruturas objectivas exercem não só sobre as interacções (entre médicos e enfermeiras, por exemplo) por eles registadas e analisadas mas também sobre a sua interacção com as pessoas submetidas à observação ou à interrogação”.²³

A metodologia das histórias de vida constitui, porém, a parte eleita da análise etnográfica do percurso biográfico dos professores. Na sua apresentação, destaca-se uma dupla estratégia a que geralmente anda associada semelhante metodologia: “não só o autoconhecimento ligado ao saber ser, mas também ao conhecimento geral, mais ligado ao saber” (T1:52).

Na medida em que a vida individual e a vida social são uma “construção em auto-reorganização permanente” (T1:53), as histórias de vida tanto organizam e refazem trajectos pessoais e sociais à luz e sob o impulso de projectos de identidade (“saber ser”) como (re)elaboram representações das condições de vida que os sujeitos sociais experimentaram na sua diversidade afectiva e emocional (“saber”).

Lalive d'Épinay observa que nas histórias de vida o investigador das ciências sociais depara com uma “dupla subjectividade”: “narração em que o herói da narrativa é o próprio narrador” ou, por outras palavras, “trata-se da vida construída de uma pessoa, depois interpretada num determinado momento desta vida, numa situação precisa, por esta mesma pessoa”²⁴. Perante esta observação reflexiva da prática da “história de vida”, o autor sustenta que a pergunta mais interessante em ciências humanas não é: “que

²³ BOURDIEU, P., *La misère du monde*, Paris, Seuil, 1993, p.904, nota 2. O uso e teorização que Bourdieu fez em *La misère du monde* (Paris, Seuil, 1993) da entrevista e podem ser recordados neste contexto, não subestimando a reflexão feita por Nonna Mayer, “L'entretien selon Pierre Bourdieu. Analyse critique de *La misère du monde*”, in *Revue Française de Sociologie*, . Uma análise mais global da evolução da reflexão de Bourdieu sobre a construção do conhecimento sociológico pode encontrar-se em Fowler, Bridget, “An Introduction to Pierre Bourdieu's ‘Understanding’”, in *Theory, Culture and Society*, 1996, vol.13, n°2, 1-16.

²⁴ LALIVE D'ÉPINAY, Christian, “Récit de vie et projet de connaissance scientifique (ou que faire de la subjectivité?)”, in *Recherches Sociologiques*, vol.XVI, 1985, n°1, p.243. Podem mencionar-se duas apresentações globais acerca das “histórias de vida”: para França, Heinritz, Charlotte; Ramstedt, Angela, “L'approche biographique en France”, in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol.XCI, 1991, pp.331-370; para Portugal, Ribeiro, Manuela, “Histórias de Vida e Pesquisa Sociológica”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n°44, Dezembro 1995, pp.125-141.

podemos fazer da história de vida apesar da sua subjectividade”, mas “qual o contributo da história de vida graças à sua subjectividade?”. O texto de Ricardo Vieira, fazendo eco da “objectivação participante” de P. Bourdieu²⁵, parece aceitar responder reivindicando para esta metodologia “a busca da objectividade na subjectividade das metodologias qualitativas” (T1:52)

O texto de Elísio Estanque (T2), centrado sobre a “observação participante”, reivindica a inspiração do “método de caso alargado”: “pretende-se olhar as situações a partir de baixo mas tendo presentes as forças externas que as modelam” (T2:63).

A pequena fábrica de calçado situada em S.João da Madeira constituiu o “terreno da observação”, onde o autor entrou e permaneceu, simultaneamente como investigador e trabalhador, durante dois meses. Assim se especifica o duplo estatuto social do observador participante: participa-para-observar e observa-participando.

A “negociação” realizada com o patrão foi o primeiro passo e o primeiro sucesso de um processo de interacção social, que haveria de envolver e centrar-se no operariado. Com efeito, este foi, sem dúvida, não só o “grupo de estudo” como também o grupo que persistente e quotidianamente foi o “observador” atento de quem o pretendia observar. Mas foi, também, um dos princípios de visão e de divisão da realidade em estudo - “olhar as situações a partir de baixo” (T2:63)-, ao lado do princípio da denominada causalidade externa - “olhar as situações (...) tendo presentes as forças externas que as modelam” (T2:63).

Desfazendo veleidades de “equidistância perante actores sociais tão antagónicos como o patronato e o operariado”, o autor qualifica esta metodologia, tão solidamente alicerçada na densidade conflitual da interacção social, nos seguintes termos: “Por mais cautelas que se tenham, o envolvimento num clima de permanente tensão - e dado que a componente ‘participação’ exige que o investigador se torne, de algum modo, cúmplice do grupo em estudo- traz consigo o risco da parcialidade”(T2:64).

Os dois textos contribuem, assim, para ilustrar a tendência que substitui o modelo de conhecimento baseado no esquema dualista de “sujeito” investigador, por um lado, e de “objecto” de investigação, por outro, por um modelo -circular e assimétrico- de conhecimento onde, por mais assimétricas que sejam as interrelações entre investigador(es) e grupo(s) em estudo, se reconhece a este(s) recursos e competências de representação e de interacção. O conhecimento desenvolve-se, pois, na interacção, nem

²⁵ BOURDIEU, Pierre, *La misère du monde*, Paris, Seuil, 1993, p.8, depois do seu tratamento em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº23, 1978, p.67-69.

sempre transparente e isenta de conflitualidade, de dois “sujeitos” socialmente formados e comunicativamente competentes.

A este ponto, será oportuno considerar que a ameaça maior que poderia advir à sociologia e à antropologia seria deixar entender que a imersão no grupo ou na situação em observação, a escuta atenta e empática da voz dos interlocutores, a observação fina dos seus modos de agir ou a interpretação das relações e interações de grupo ou entre este e investigador são outros tantos processos que, espontâneos, não possuem as marcas do trabalho profissional.

Uma tal imagem pode pairar nas mentes e nas reflexões de ordem metodológica sempre que se esquece o multiforme processo de construção implicado no conhecimento. No caso do método etnográfico, o processo interpretativo e o trabalho de escrita formam dois momentos, parcialmente sobrepostos, onde a intervenção do investigador é solicitada para dar sentido às formulações discursivas dos agentes e às observações por ele efectuadas. “Tomar a sério” o discurso dos sujeitos sociais (assim como “as artes de fazer”-será recordado por Álvaro Campelo) não significa automaticamente que nele se esgote a interpretação em toda a sua extensão, da mesma forma que ao psicanalista ainda resta o-que-fazer sobre o que é dito (e omitido e entredito) pelo analisando (T 1:51).

Entre os recursos técnicos apontados pelos antropólogos e sociólogos que tentaram formas de sistematização e codificação contam-se, como também se pode testemunhar neste conjunto de textos, o “caderno de campo” (T1:50) ou o “diário de campo” (T2: 65) ou “notas de campo” (T3: 77).

Frequentemente justificados como subsidiários da memória, o seu valor maior advém-lhes de constituírem textos escritos no interior do “trabalho de campo” e, como tais, os primeiros elos duma cadeia -o processo de construção da realidade através da escrita- que “o trabalho de texto” continua como relatório etnográfico e termina no “trabalho intelectual” que compreende a edição e a recepção do texto etnográfico pelos diferentes públicos (T3:77). Analisados a este luz, estes diferentes momentos e tipos de escrita, tal como a interpretação, concretizam um trabalho profissional, de densidade suficiente para obviar uma solução mais ou menos romântica à crise de representação do conhecimento social.

No texto de Álvaro Campelo (T3) não se encontra, como nos dois primeiros, uma tentativa de exposição reflexiva sobre práticas pessoais de investigação etnográfica, mas, em contrapartida, uma reflexão teórica crítica apoiada nas teorias de Michel de Certeau. Os diversos momentos de escrita do trabalho etnográfico, assim como este no seu

conjunto, são enquadrados pelo tratamento dado à cientificidade discursiva da antropologia à semelhança do que caracteriza a história.

Antropologia e história são, para Michel de Certeau, duas ciências com dificuldades para dar conta das práticas culturais onde a componente discursiva não está presente, mas onde, em vez disso, se encontra “uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável duma arte de utilizar”²⁶.

Quer nos processos históricos de imposição de certos esquemas de agir (religião, língua, economia, espaço, etc.) quer nos processos culturais da vida quotidiana (leitura, conversar, ver televisão, habitar, cozinhar, etc.) nunca a ordem cultural da sociedade foi homogénea e tão hegemónica que eliminasse as “maneiras de fazer” dos grupos dominados e oprimidos. Não só coexistem como ainda tecem uma conflitualidade não declarada nem às claras com a cultura dominante: a fonte da “arte da guerra quotidiana”²⁷.

No campo da história como no da antropologia, a aventura teórica de Michel de Certeau foi sempre orientada no sentido de deciptar a “astúcia” dos “fracos” para garantir, na invisibilidade e silêncio da palavra, a mobilização dos seus esquemas de agir, ainda que para isso fossem levados a adoptar aparentemente, num sincretismo de defesa e resistência, as formas culturais dominantes.

Para o historiador-antropólogo dos “marginais” e do “quotidano”, os que não têm “poder”, “lugar” ou “capital” para “produzir” nem por isso estão condenados à passividade do mero “consumo”: dispõem de “uma outra produção” que “não se anuncia com produtos próprios mas com maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem económica dominante”²⁸.

²⁶ CERTEAU, Michel de, *L'invention du quotidien. 1-Arts de faire*, Paris, U.G.E., 1980, p.15. Tal como o autor sugere relativamente a vários campos de práticas quotidianas onde invenções de reapropriação e de uso se multiplicam com a astúcia de quem sabe estar “por baixo” ou “do lado de fora”: “A leitura (da imagem ou do texto) parece de resto constituir o ponto máximo da passividade que caracterizava o consumidor (...) Ora a actividade ledora apresenta, pelo contrário, todos os traços duma produção silenciosa (...) Um mundo diferente (o do leitor) introduz-se no lugar do autor. Esta mutação torna o texto habitável à maneira dum apartamento alugado. Ela transforma a propriedade de outrem em lugar tomado de empréstimo, por um momento, por alguém que está de passagem. Os locatários operam uma mutação semelhante (à do leitor) no apartamento que eles mobilam, com os seus gestos e suas recordações; os falantes, na língua onde fazem veicular as mensagens da sua língua natal e, pelo acento, pelos “tours” próprios, etc., a sua própria história; os peões, nas ruas onde fazem passear as florestas dos seus desejos e dos seus interesses. (...) A ordem reinante serve de suporte a produções inumeráveis enquanto toma os seus proprietários cegos a esta criatividade (assim como aqueles ‘patrões’ que não podem ver o que se inventa de diferente na sua própria empresa). No limite, esta ordem seria o equivalente daquilo que as regras métricas e de rima eram para os poetas de antigamente: um conjunto de constrangimentos estimulando achados, uma regulamentação com que jogam as improvisações”.

²⁷ *Ibid.*, p.89.

²⁸ *Ibid.*, p.11.

Estes são aspectos do “outro” (“o selvagem, o passado, o povo, o louco, a criança, o terceiro-mundo”- T3:75) que desafiam o método racionalista e discursivo, a confiança do saber histórico e antropológico na sua adequação ao “real”, a perda de consciência da sua ligação ao poder político e das bases do seu próprio estatuto.

A reflexão sobre a história e a antropologia não é feita, em Certeau e a partir dele, apenas em termos de produção vs. consumo, mas também em termos de estratégias vs. táticas, dicotomias e metáforas que se complementam, ajudando a configurar quer o estatuto da ciência quer o real em estudo. Inspira-se o autor na ideia de von Bulow de que “a estratégia é a ciência dos movimentos guerreiros fora do campo de visão do inimigo enquanto a tática, no interior do campo de visão deste”. Para além duma visão polemológica da acção social está apontada uma reflexão sobre os tipos de saber e de poder.

A ciência é, na modernidade racionalista e funcionalmente diferenciadora, o protótipo da estratégia como “cálculo (ou manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e de poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) é isolável”²⁹. Autonomizando-se no “lugar do poder e do querer próprios”³⁰, institui as fronteiras para além das quais se situa o “outro” feito de alvos a atingir ou de ameaças a eliminar; possui um “olhar” e uma “linguagem” que “transforma(m) as forças estrangeiras em objectos que se pode observar e medir, controlar, portanto, e ‘incluir’ na sua visão”³¹. Face aos modos estratégicos de agir, estão as táticas: não dispõem de lugar próprio, estão ao alcance do olhar e do controlo do adversário, só se podem valer das ocasiões (kairós=“tempos favoráveis”), tirar partido da visibilidade que caracteriza o adversário e os seus movimentos institucionais, em suma, “são uma arte do fraco”³².

Foi intenção de Michel de Certeau “sugerir maneiras de pensar as práticas quotidianas dos consumidores, supondo à partida que elas são de tipo tático”³³.

Ora as notas de campo aparecem, no texto de Álvaro Campelo, como momento central do trabalho etnográfico, numa postura de desafio -se bem o interpreto - à postura “estratégica” que a modernidade imprimiu à ciência em geral e à antropologia em particular.

²⁹ Ibid., p.85.

³⁰ Ibid., p.85.

³¹ Ibid., p.85.

³² Ibid., p.87.

³³ Ibid., p.90-91.

Tal como na historiografia, onde as referências documentais e as citações introduzem um “efeito de realidade” e fazem dela o “saber do outro”, Álvaro Campelo aproxima a natureza do objecto de estudo - “o outro”, o “quotidiano”, o “marginal” - e a função que está reservada às notas de campo na antropologia: “Poderíamos, assim, propor uma análise da natureza estética, ética e prática da vida quotidiana. Nada mais do que aquilo que as notas de campo fazem. Ao saírem, em grande medida, do discurso dogmático do texto antropológico, e das teorias com poder reprodutor, elas apresentam-se também como um “savoir-faire” indispensável à compreensão e análise de um saber ausente do discurso das ciências, e que se encontra presente nas práticas ordinárias” (T3: 79).

Comum às diversas metodologias qualitativas é o problema incontornável da possibilidade de generalizar os resultados de conhecimento através delas obtidos. A propósito da história de vida produzida por Hoggart, diz-se que ele “pretende não só falar do seu percurso sócio-cultural, mas pretende também tirar da sua própria autobiografia, significados que ultrapassam o nível individual” (T1:54). E acerca da empresa estudada assinala-se a preocupação “em analisar uma empresa que não fosse demasiado grande nem excessivamente pequena para ser tratada como um caso, não representativo, mas com probabilidades de ser idêntico a muitos outros” (T2:63).

A questão não é iludida, mas o seu tratamento não pode esquecer dois factos: primeiro, a normal tendência do conhecimento, do senso comum ao conhecimento científico, para a insatisfação com a validade local³⁴; segundo, o leque de soluções que tradicionalmente são apresentadas quanto à amostragem é muito vasto e o juízo diferenciado sobre a sua adequação ao estudo dos fenómenos sociais não se regula apenas por critérios exclusivos ou comuns à estatística das ciências naturais³⁵.

Por fim, aos profissionais em contexto de acção, que não podem aguardar estudos totalmente isentos de risco de erro – que não há -, resta colocarem, a si próprios, a pergunta de ordem moral que Gage formulava ao professor em formação perante as análises etnográficas: “pode legitimamente rejeitar estas práticas (saídas da investigação) em função da sua experiência pessoal, das suas intuições, da sua desconfiança ou das suas predilecções?”³⁶.

³⁴ Glaser e Strauss, os inspiradores da “teoria-no-terreno” (“grounded theory”), não admitindo que a teoria se “venifique” pela observação, aceitam, contudo, generalizar esta, progressiva e prudentemente.

³⁵ Cfr. ASAD, Talal, op.cit., onde se pode ver a importância da intervenção do Estado na evolução da constituição da representatividade e da escolha da amostragem.

³⁶ GAGE, N.L., “Comment tirer un meilleur parti des recherches sur les processus d’enseignement?”, in Crahay, Marcel; Lafontaine, Dominique, *L’art et la science de l’enseignement*, Liège, Labor, 1986.